Deus Pai e os Excluídos

Pe. Vitor Galdino Feller *

O Projeto de Evangelização “Rumo ao Novo Milênio” está favorecendo a nós católicos um maior aprofundamento da identidade e da obra de cada uma das pessoas divinas. Seguindo a teologia moderna e, mais especificamente, a teologia da libertação, tem-se procurado falar das pessoas divinas, não a partir da imanência trinitária e sim a partir da economia da salvação. Como fizeram os escritores do Novo Testamento e os Padres da Igreja, também hoje se vai da Trindade econômica à Trindade imanente. Assim é que para se falar das pessoas divinas globalmente ou de cada uma em particular, se busca relacioná-las com nossa realidade eclesial e social.

A realidade de exclusão em que vivem os pobres de nosso país clama aos céus. Nenhum pai humano suporta que, em sua família, seus filhos excluam uns aos outros, os maiores pisem e ofendam os menores, os mais espertos escarneçam dos tímidos, os maiores ricos se aproveitem dos pequenos. Se isso acontece com os pais humanos que são pecadores, quão dolorido fica o coração do Pai eterno ao debruçar-se sobre a humanidade, a sua grande família, ao ver tantas divisões e marginalizações entre seus filhos e filhas! Mas, em seu grande amor, ele vem a nós, nos dá seu Filho, aproxima-se de nós para nos chamar à unidade. E o faz a partir da situação em que estão os excluídos.

Nosso texto apresenta essa relação íntima que há entre o Pai e os excluídos. Primeiro, mostrando que é da própria identidade do Pai aproximar-se dos pequenos. Daí a necessidade de conhecermos mais e melhor o Pai. Depois, expondo a ação salvífica do Pai, sempre relacionada com os excluídos. Daí o apelo a sermos santos e misericordiosos como o Pai. Por fim, esclarecendo que a vontade do Pai é que nenhum dos pequinhos se perca. Daí a urgência de fazermos as obras do Pai.

I. CONHECER O PAI

“Ninguém conhece o Pai, a não ser o Filho, e aquele a quem o Filho quiser revelá-lo”, assegurou Jesus (Mt 11,27). A vida cristã consiste em receber, na gratidão, esta revelação do Filho. “A vida eterna consiste nisto: que eles te conheçam a ti” (Jo 17,3). Tão importante e essencial é o conhecimento do Pai que, quando Jesus se apresenta como único conhecedor e revelador do Pai (Jo 14,6-7), o apóstolo Filipe intui que aí se encontra o único necessário da vida humana: “Mostra-nos o Pai, Senhor, e isso nos basta!” (Jo 14,8).

Esse essencial da vida humana, o mundo não tem. O mundo, que não quis conhecer o Filho (Jo 1,10), também não conhece o Pai (Jo 17,25-26). Com efeito, o próprio Jesus asseverou: “Vós não me conheceis e também não conheceis a meu Pai; se me tivesseis conhecido, teríeis também conhecido meu Pai” (Jo 8,19; cf. 14,7). E mais adiante: “Vós não o conhecestes, ao passo que eu o conheço. Se dissesse que não o conheço, seria, como vós, um mentiroso; mas eu o conheço e guardo sua palavra” (Jo 8,55). E ainda: “Meu Pai me conhece e eu conheço o Pai; e eu me despojo da vida pelas ovelhas” (Jo 10,15). Porque Jesus conhece o Pai e o ama, o Pai é para ele uma espécie de trampolim, de onde o Filho se lança para o mundo, para amá-lo e salvá-lo. No Pai, o Filho encontra sentido e força para viver a palavra (Jo 8,55), para dar a vida pelas ovelhas (Jo 10,15), para continuar revelando o Pai, até o fim, apesar de tudo (Jo 17,26). Quanto mais penetrarmos o mistério do Pai, mais encontramos o sentido e o objetivo de nossa existência. Se a poucos é dado esse conhecimento, a esses poucos é dada também, como a Jesus, a responsabilidade de anunciar-lo e viver de acordo com ele.

O mundo busca o Pai e pode até encontrá-lo através da reflexão intelectual, da meditação interior e da contemplação da natureza (Rm 1,20). Mas adora o que não conhece, enquanto nós cristãos adoramos o que conhecemos, porque Jesus noi-lo revelou (cf Jo 4,22). Para que o mundo conheça e ame o Pai e, no centro de sua paternidade, todos se encontrem e se amem e ninguém mais seja excluído, é urgente que anunciamos a todos a experiência desse amor. Assim, podermos testemunhar como Jesus: “a fim de que o amor com que me amaste esteja também neles” (Jo 17,26).

1.1. Deus-Pai: fonte de todo amor

Infelizmente, nem sempre, quando nos referimos ao Pai ou com ele dialogamos, refletimos o conhecimento que o Filho nos deu. Nem sempre usamos a palavra que melhor o distingue: “Pai”. Quase sempre usamos somente a palavra “Deus”. Acontece porém que a pala-
“Se quisermos falar da primeira pessoa divina, que é o centro de referência da comunhão trinitária, deveríamos usar a expressão ‘Deus-Pai’.”

Encontros Teológicos 25

67
Filho unigênito que está no seio do Pai foi quem no-lo deu a conhecer” (Jo 1,18). Quanto mais penetrarmos nesse abismo profundo, mais aumenta nosso conhecimento sobre ele, mas também mais se alargam os horizontes de nossa ignorância e curiosidade. Quanto mais nos aproximamos de Jesus, o Filho eterno feito homem, seguindo seus passos e imitando-o em seu amor a todos e na predileção pelos pobres, mais nos aproximamos do mistério do Pai, que é a fonte de todo amor. Quanto mais nos deixamos guiar pelas solicitações do Espírito Santo, pondo a serviço os carismas que nos dá e amando para além de expectativas e retornos, mais penetramos o mistério absoluto do Pai, o amor sem limites, princípio e fim de todas as nossas expressões de serviço.

1.2. O conhecimento de Deus-Pai: graça e responsabilidade

Para chamar a Deus de Pai, é preciso ser cristão e viver como tal. Porque só aos seguidores e seguidoras de Jesus Cristo foi dada essa graça, essa revelação. Só nós cristãos temos o dom de conhecer e amar o Pai, porque só nós conhecemos o Filho e nele cremos. Só nós temos a graça de chamá-lo de Pai, Abá, papai. De fato, já vimos acima, Jesus de Nazaré, o Filho eterno do Pai, ele mesmo Deus, fez homem, um de nós no meio de nós, ensinou: “Ninguém conhece o Filho senão o Pai e ninguém conhece o Filho senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11,27). E ainda: “Aquele que me viu, viu o Pai” (Jo 14,9). E mais: “Ninguém vai ao Pai a não ser por mim” (Jo 14,6). Tendo recebido este testemunho de Jesus de Nazaré sobre Deus-Pai, o evangelista João, ao iniciar seu Evangelho, declara: “Ninguém jamais viu um Deus(-Pai). Deus Filho unigênito que está no seio do Pai foi quem no-lo deu a conhecer” (Jo 1,18).

Nós, cristãos, falamos de Deus-Pai diversamente de como os que não têm fé cristã. Por exemplo, também judeus e muçulmanos são monoteístas. Creem num só Deus. São monoteístas, mas não são trinitários. O único Deus dos judeus é Javé, a quem Jesus revelou como seu e nosso Pai. Mas, como os judeus não reconhecem Jesus como Filho de Deus (cf Jo 1,11), também não reconhecem Javé como Pai eterno do Filho (cf Jo 8,42). O Deus dos muçulmanos é Allah, Deus todopoderoso e senhor do universo, distante, sozinho, reino absoluto sobre o mundo. Para judeus e muçulmanos, Jesus é apenas um profeta. Não é, como nós cremos, o Filho eterno do Pai. Por isso, nem judeus nem muçulmanos crêem na Trindade, porque esse mistério não lhes foi revelado. Por isso, não podem crer no Pai. Como também não crêem no Filho e no Espírito Santo.

 Também não crêem na Trindade as religiões panteístas. Para elas, Deus não é reconhecido como um ser pessoal, mas como consciência cósmica, centro universal de irradiiação de energias ou força animadora da vida do mundo, presente e disperso nos elementos da natureza. Entre elas, podem-se de maneira geral, elencar: a) as religiões das antigas civilizações do Egitto, do Oriente Médio, da Grécia e do Império Romano; b) as primitivas religiões dos povos africanos e indio-americanos; c) as atuais grandes religiões do Oriente — o budismo, o hinduísmo, o xintoísmo e o taoísmo, entre outras; d) a Nova Era, os movimentos esotéricos e gnósticos atuais, com uma religiosidade difusa, em que Deus é confundido sem mais com um centro irradiador de energias, presentes em cristais, florais, águas e outros elementos da natureza (sobre o tema da Nova Era e dos movimentos esotéricos e gnósticos, ver V.G. Feller, 1995a; 1995b; 1996).

A paternidade de Deus-Pai, bem como a filiação divina de Jesus de Nazaré e a plenitude eterna do amor que é o Espírito Santo, são realidades desconhecidas junto a esses povos, essas religiões, essas expressões religiosas. Como não conhecem o Evangelho de Cristo, também não conhecem a Boa-Notícia do amor do Pai. Todas essas religiões, quando falam de Deus ou a Deus, não estão referindo-se a Deus-Pai, o Pai de Jesus Cristo e dos cristãos.

Até mesmo muitos cristãos, mesmo tendo sido batizados no nome de Deus-Trindade, não crêem e não vivem a fé dos cristãos, não conhecem a Deus-Pai. Não cultivaram essa fé, não adaptaram seus conhecimentos adquiridos na infância às grandes mudanças atuais, deixaram-se guiar pela mentalidade materialista e atéia do mundo v.s. moderno. Por isso, quando falam de Deus, não estão falando explicitamente do Deus dos cristãos. Para eles, Deus é uma ideia vaga de criador, muitas vezes obscurecida com noções de pai castigador, patrão cruel e vingativo, policial repressor ou, então, de um arquiteto e relojoeiro que pós o mundo em movimento, mas que nada mais tem a ver com a nossa vida e nossa história.

De certa maneira, todas essas pessoas falam de Deus-Pai, quando apontam para o Deus único e absoluto e para sua vontade, buscam a verdade, fazem o bem, lutam por um mundo mais justo e mais humano. Mas não o nomeiam, porque não o conhecem. Não sabem o seu nome. É o “deus desconhecido” a quem os gregos ergiram um altar em Atenas (cf At 17,23). É o mesmo nosso Deus, que eles porém não conhecem. A nós cabe a missão de anunciar-lhes a Boa-Notícia do conhecimento e do amor desse Deus: “Aquilo que venerais assim, sem o conhecer, é o que vos venho anunciar” (At 17,24). Eles não conhecem a Deus-Pai como nós o conhecemos, revelado como Pai
de bondade e como Deus do Reino, na vida, morte e ressurreição de Jesus de Nazaré. Mas podem reconhe-
cê-lo como Criador e, por isso, Senhor de suas vidas e
de toda a história. Pois, “desde a criação do mundo, as
suas perfeições invisíveis, seu eterno poder e divinda-
de, são visíveis em suas obras, para a inteligência”
(Rm 1,20).
Só nós cristãos sabemos que Deus é Pai. Os
membros de outras religiões poderão viver muito bem, e
até melhor do que nós, o amor fraternal, a justiça social,
a busca da verdade. E, dessa maneira, poderão salvar-
se. Poderão até ter uma relação mística com Deus-Pai.
Mas sem conhecê-lo. E, portanto, sem poder amá-lo
como convém, para a maior glória dele e para o melhor
benefício espiritual dele. A nós foi dado conhecer
o mistério da paternidade de Deus. Nós sabemos em
quem acreditamos, “sabemos que somos de Deus” (1
Jo 5,19). É uma graça, à qual corresponde uma respon-
sabilidade. Pois, “a quem muito foi dado, dele se exigir-
rá muito” (Lc 12,48). Se conhecemos a Deus-Pai e
sabemos que ele é o Pai bondoso do Filho, o Deus do
Reino, o Deus dos pobres, não podemos mais fugir da
experiência de seu amor, ao mesmo tempo ternura e
compassivo, mas também exigente e provocante.

II. SER COMO O PAI

Jesus de Nazaré nos convida a sermos perfeitos
como o Pai (cf Mt 5,48). Em outra passagem nos cha-
ma a sermos misericordiosos (ou generosos) como o
Pai (cf Lc 6,36). Vem a pergunta: é possível ser perfeito
como o Pai? Respostas: se Jesus, mesmo conhecendo nossa fraqueza, nos faz esse
convite, quase uma ordem, então é possível ser como o
Pai. Onde, porém, encontra a perfeição, a misericórdia, a santidade do Pai? Que tipo de atitudes e comportamentos mais enfatizam a perfeição do Pai?
A resposta a essas perguntas nós a encontramos na prática e nos ensinamentos de Jesus. A santidade e a
misericórdia do Pai são vislumbradas em seu amor
pelos pequenos e pobres. Com efeito, Jesus louvou e
bendisse ao Pai que, em sua benignidade, dispôs que
sua revelação se desse antes de tudo aos simples (cf Lc
10,21; Mt 11,25a).

Neste item, veremos como Jesus-Pai age em sua
auto-comunicação à humanidade. Percebemos que o
elemento básico de seu ser e de seu agir é a predileção
pelos excluídos. O Deus de Israel, que Jesus de Nazaré
revelou como seu e nosso Pai, sempre foi e se comportou
também como o Pai. O povo de Israel chegou a fazer a experi-
ceência de Javé como Pai (J. Galot, 1998, 7-22). Pai do
povo, que foi por ele gerado e formado no decorrer da
história (cf Dt 32,6; Is 64,7). Pai de cada indivíduo, a
quem ama com amor sempre providencial (cf Sl
103,3,13-14). Pai do rei messiânico, prometido como
rei altíssimo à imagem do Deus altíssimo (cf 2Sm 7,12-
16; Sl 2,7). Mas, a experiência e o conhecimento de
Deus no Antigo Testamento, como Pai do povo, de
cada indivíduo e do futuro rei messiânico, foi apenas
uma preparação para a revelação definitiva da particu-
laridade mais pessoal do Pai: ser Pai eterno do Filho
eterno e, nele e por ele, Pai de toda a humanidade, com
opção e preferência pelos excluídos (sobre a conexão
entre revelação de Deus e exclusão dos pobres, ver
V.G. Feller, 1988; 1995d; e sobretudo 1995c, 85-120,
sintetizado, adaptando à pessoa e obra do Pai).

2.1. Deus-Pai e os excluídos:
um amor de predileção

A história da salvação nos mostra que há uma
relação profunda entre Deus-Pai e os excluídos. Há um fio
que interliga as elei-
cões feitas por Deus-
Pai e as correspondên-
cias dos seres
humanos chamados
por ele. Esta relação
depende soberana-
mente de Deus-Pai,
pela causa de suas
escolhas. Ele escolhe
a realidade dos ex-
cluídos como o me-
thor caminho para
sua própria revelação. Revelando-se distinto do mundo
e do ser humano criados por ele, sempre o faz como
Outro e a partir do outro. Ele quer que a salvação de
todos passe pela parcialidade do seu amor pelos pobres.
Há uma preferência de Deus-Pai pelo que está do lado
de baixo da pirâmide social, do lado de fora da cultura
dominante, pelo que é diferente, pelo que é outro. Esta
sua preferência pelos excluídos é próprio de sua perso-
nalidade. A teologia tradicional ensina que o Pai sempre
se define a partir de fora, a partir de um “tu”, diante de
quem ele se coloca (ver por ex., B. Forte, 1987, 95s;
imanente, a partir de sua relação com o Filho, o seu
“tu” eterno. Na auto-comunicação da Trindade econô-
mica, a partir dos pobres e excluídos, o seu “tu” histó-
rico. Isto provoca escândalo numa cultura como a nos-
sa, em que tudo se define a partir dos que detêm e retêm
o jogo do poder, do saber e do ter, enfim, uma cultura
que se define a partir do “eu”.

Uma leitura desinteressada da história da salva-
ção, nas Escrituras, nos permite afirmar que a vida
sofrida dos excluídos é o melhor lugar para o encontro
com Deus-Pai. Todavia, não é somente lugar de acesso
do ser humano a ele. É o lugar próprio, senão único,
que ele mesmo escolhe para vir à nossa história huma-
na. Na verdade, o lugar definitivo da revelação divina e do encontro entre o ser humano e Deus-Pai é um só: a cruz de Jesus. Mas a cruz de Jesus não pode ser interpretada e vivida, a não ser na solidariedade com os excluídos e no empenho pela sua libertação. O lugar onde Deus-Pai se encontra e, por consequência, onde é encontrado, é a realidade de exclusão dos empobrecidos, realidade que na cruz de Jesus se torna, uma vez por todas e para sempre, escandalosa, e, por isso, salvífica (cf Hb 10,10).

Podemos pois afirmar: Deus-Pai concentra sua revelação na realidade de exclusão dos pobres. Javé, Deus de Israel e Pai de Jesus e dos cristãos, ao se revelar, escolhe como caminho de sua auto-manifestação a presença, a ação e a palavra junto aos excluídos do ter, do poder e do prazer. Consta-se que há uma proporcionalidade direta entre os momentos de dor do povo e os momentos de manifestação de Deus-Pai: onde e quando o povo sofre, aí está Deus-Pai se revelando. Quanto maior a dor do povo e de seus líderes, maior o amor revelado de Deus-Pai!

Ele se revela a pessoas e comunidades que experimentaram - e, em muitos casos, exatamente no momento em que experimentavam - as mais humilhantes situações de angústia, de dor e de solidão: a migração de Abraão pelas terras de Canaã; a escravidão dos hebreus no Egito; as guerras para tomar posse e firmar-se como povo na Terra Prometida; a expolição dos pequenos, com taxas e impostos para sustentar a monarquia de Davi e Salomão; a exploração despedida dos pobres, das viúvas e estrangeiros; o exílio de toda a nação para a Babilônia; a extinção de um povo, antes poderoso, agora “resto” de Israel; a recepção inóspita de Maria e José em Belém; a marginalização política e religiosa de todo o povo na Palestina de Herodes e Pilatos, de Anás e Caifás; a crucificação de Jesus no Calvário; o desânimo dos discípulos no caminho de Emaús; o medo dos apóstolos no Cenáculo; a perseguição dos primeiros cristãos nos caminhos e casas de Jerusalém; as tribulações de Paulo nas andanças do ministério.

Caberia aqui a pergunta: Por que a estas pessoas, e não a outras mais bem conceituadas, qualificadas, aquinhoadas de riquezas materiais e espirituais? Por que nestas situações, e não em momentos de abundância, poder e glória? Qualquer resposta que dermos nunca chegará a entender e explicar as razões de Deus. O mistério de sua paternidade foge à nossa pretensão de manipulá-lo. Podemos, entretanto, sugerir que, se ele escolhe revelar-se a estas pessoas e grupos e nestas condições, é porque tem seus motivos. Ao fazer isso, ele certamente quer mostrar que sua escolha faz parte integrante do conteúdo de sua própria personalidade.

O caminho escolhido para ele se revelar (a predileção e a opção pelos pobres) é constitutivo do conteúdo de seu próprio ser (Javé é o Deus dos pobres, é o Pai dos excluídos). A ação, a presença e a palavra de Deus-Pai revelam o ser de Deus-Pai. A escolha dos excluídos, como primeiros destinatários da revelação divina e, consequentemente, como primeiros sujeitos do anúncio da Boa Nova da vinda de Deus à história humana, tem a ver com o próprio ser de Deus. Ele age assim porque ele assim é. Em Deus-Pai, a coerência entre agir e ser se dá na forma da plenitude. O Deus que reina, que salva o pobre, que se faz presente na vida do excluído, é o Deus que simplesmente é, que é o Deus dos pobres, o Pai dos excluídos.

A fé cristã, na Constituição dogmática sobre a fé católica, do Concílio Vaticano I (1869-1970), ensina, com efeito, que Deus decidiu revelar ao ser humano verdades que este não poderia de nenhum modo ou só com muita dificuldade encontrar por si mesmo. Nisto se afirma a total gratuidade e bondade de Deus, que quis comunicar-se a nós. Mas é preciso ir adiante e entender que a comunicação divina só é possível sob duas condições: 1) que a palavra de Deus esteja expressa em linguagem humana; caso contrário, não haveria comunicação; 2) que esta revelação chame a atenção dos seres humanos para algum valor inerente a ela e que produza efeitos na vida do ser humano; caso contrário, a comunicação de Deus seria inútil, contradizendo o poder eficaz de toda ação divina (Segundo, 1990, 444-448).

Que Deus-Pai queira se comunicar a nós, como Pai, isso depende só de sua liberdade e gratuidade. Que ele de fato se comunique a nós, isso depende das duas condições: linguagem humana e valor eficaz. Dependendo do método usado por ele, método este condicionado pela nossa situação real. Como nossa situação real está desde as origens marcada pelo pecado, e pelos conflitos históricos e sociais que decorrem, torna-se claro que é necessário entender a gratuidade e a liberdade de Deus dentro desse contexto. Um contexto que, se o condiciona no método a ser usado, não muda o conteúdo do ser divino. Ele é amor e, por isso, continua sendo livre e gratuito. E expressa sua liberdade e gratuidade exatamente enquanto se revela a partir de onde menos se espera que ele esteja, na realidade de exclusão dos pobres.

Assim se pode entender melhor o significado do seu nome no Antigo Testamento: Yahweh - “Aquem que é”, como foi revelado em Ex 3,11-15. “Que Deus ‘seja’ não tem no contexto um sentido abstrato, ontológico, mas o sentido concreto de ‘ser para alguém’, de
estar presente" no sentido de estar presente junto de alguém em atitude de solidariedade ativa, de prontidão atenta para auxiliar" (Muñoz, 1986, 180). Na história bíblica da revelação de Deus e da salvação do ser humano, Deus-Pai não é um objeto de estudo, ao qual se dê a definição de "causa primeira", de "espírito perfeitíssimo", de "absoluto", mas é, na relação com o ser humano, sujeito e protagonista da história. Um Deus que reclama a si o título de Deus da vida, que se dá gratuitamente e não quer ser tratado como superior. Um Deus relacional, que se define a partir dos excluídos.

2.2. Deus-Pai: o totalmente Outro

Deus-Pai é sempre Outro. Como na Trindade, ele é outro com relação ao Filho e ao Espírito Santo, assim sua distinção se faz presente em toda a obra extra-trinitária. Ele se revela à história dos seres humanos vindo de fora! Vindo da eternidade e da história dos pobres. Uma das marcas do cristianismo é exatamente esta: a relação de unidade na distinção que se estabelece entre as três pessoas divinas, entre Deus e o ser humano, entre este e o mundo. E quem estabelece esta diferença é exatamente Deus-Pai. Como vimos logo no início, ele é a fonte de toda unidade e distinção, seja no seio da própria Trindade, seja no meio da sua obra criada. Quando ele se revela, ele diz quem ele é e quem somos nós. Há uma unidade entre ele e nós, mas uma unidade que é buscada a partir das diferenças. Com o seu Filho e o seu Espírito, ele é Criador. E, portanto, é distinto das criaturas. No ato de criar, continua preservando sua distinção. É o Deus que é Pai do seu povo eleito, porque, sendo distinto dele, pode vir ao seu encontro, permanecendo, no entanto, outro. Ele é o Deus-Pai, que envia o Filho feito homem em Jesus de Nazaré. O Filho, sendo Deus com o Pai, desde sempre, igual com o Pai na sua divindade e eternidade, não se apegou a ela, mas fez-se homem, distinguindo-se do próprio Pai (cf Fl 2,6-11), fez-se humano em tudo, mas não igual aos pecadores (cf Hb 4,15). Deus-Pai sempre se revela a partir de fora, da diferença. Em si, ele já é o que está excluído. Excluído de nossa condição. Nós não somos como Deus-Pai. Somos com e como o Filho, mas não como o Pai. Deus-Pai não é um ser humano.

É verdade que, por ser uma religião de reveleção e, portanto, da diferenciação clara entre as três pessoas divinas e entre a Trindade criadora e a humanidade criada, o cristianismo, juntamente com o judaísmo e o islamismo, é uma religião histórica, comunitária, missionária, combativa. Carrega sempre o risco de marcar tanto a diferença entre Deus-Pai e suas criaturas, que pode levar ao afastamento recíproco. Um Deus pregado e adorado sem relação com o mundo, uma presença no mundo sem compromisso com o Pai criador. Por isso mesmo, será sempre necessário buscar a Deus-Pai onde ele realmente se encontra. Para tanto contamos com as mediações. É nelas e através delas que os cristãos experimentam o encontro salvífico com Deus-Pai.

O próprio Deus-Pai, que se revela na história, quer que os acontecimentos da história sejam sinais de sua presença salvadora e mediações para o encontro com ele. Mas, por causa da liberdade do ser humano, o pecado e, com ele, o conflito, se inseriram na unidade da história, atingindo assim o próprio encaminhamento da construção do Reino querido pelo Pai. É na consciência desse conflito que podemos descobrir o tempo proprio, e "kairós", momento intenso da revelação do Pai que anuncia, hoje como sempre, o seu juízo à história. Somente a recepção do conflito na espiritualidade e na pastoral, na teologia e na moral, fará perceber a existência de Deus-Pai como "Outro", imanipulável, exatamente enquanto se revela a partir da "outra" história, da história dos pobres, feita a partir de baixo (sobre a parcialidade da opção do Pai e de seu Filho pelos pobres, ver J. Sobrino, 1994, 123-135). A história escondida, no reverso da história estudada e conhecida. Captar espiritual e pastoralmente, moral e teologicamente esta história, é captar a força dos pobres como forjadores da história (Puebla 274) e a força e o poder de Deus-Pai como totalmente Outro.

Num mundo em que há marginalização e exploração de inúmeros pobres pela ação ou omissão ou violência de agentes da exclusão, é preciso reconhecer que Deus-Pai se revela como Outro, a partir do outro lado. O Pai se faz presente do lado dos explorados, para garantir no coração da humanidade a aspiração continua pela verdadeira liberdade. Com efeito, para satisfazer sua liberdade nunca satisfeita, o ser humano é sempre tentado a usar o próximo como trampolim e salto para o gozo de prazeres melhores, que se revelam no entanto insuficientes e cada vez mais escravizantes. Os que estão em cima querem subir sempre mais e a disposição para partilhar com os de baixo o que possuem se torna sempre menor, em proporção à tentação sempre maior de não só acumular o máximo para si, mas de fazê-lo à custa dos de baixo. Certamente, isso desagrada profundamente ao Pai do céu, que é Pai seja dos justos seja dos injustos (cf Mt 5, 45). Portanto, enquanto houver um excluído, lá estará o Outro, Deus-Pai no pobre, Jesus no irmão. É de lá que vem o apelo à conversão, é para lá que somos atraídos na dinâmica da solidariedade.

Por serem outros, os excluídos criam uma outra
história, criam a história do outro, que só é acessível e contemplada no reverso da história e na periferia da geografia que se ensina e se aprende em nossas escolas. Ali os pobres descobrem a Deus-Pai, porque é ali que Deus se lhes revela como força na fraqueza, como paz na violência, como vida na morte. Por isso, na anti-história dos pobres não existe absurdo. Ao contrário, encontra-se ali o verdadeiro sentido de toda a história, porque se vai realizando ali o plano de Deus-Pai, na construção de um Reino de gratuidade e de bondade, iniciado neles e por eles, que, aliados ao Filho Jesus Cristo, muitas vezes sem a consciência explícita, pagam com seu suor, seu sangue e sua morte, a aliança sobre a qual se assenta a libertação e a redenção da humanidade, e com seu sofrimento desencadeiam toda uma atividade socialmente libertadora.

Para uma sociedade definida pela cultura egocêntrica, individualista e materialista, é escandaloso afirmar que a libertação sócio-político-econômica e a salvação escatológica venham de fora – da eternidade de Deus-Pai e da história dos excluídos, seus prediletos –, e não do poder do dinheiro, da eficácia da ciência e da técnica, da maturidade da razão, das lutas sociais. Aqui, somos chamados à fé. De fato, só pela fé se pode entender esse jeito de Deus-Pai ser e agir. Trata-se aqui de uma nuance da mesma doutrina ensinada por Paulo aos Coríntios: a pregação de um Messias crucificado ou, no nosso caso, de um Deus, Pai dos excluídos e a partir dos excluídos, é “escândalo para os judeus e loucura para os pobos” (1 Cor 1,23), mas para os cristãos é “manifestação do poder e da sabedoria de Deus”.

O ensinamento de Paulo, na 1Cor 1 e 2, sobre a contraposição entre a sabedoria do Deus-Pai e a louca sabedoria dos seres humanos, torna-se hoje atual e desafiante. Ou a salvação é graça e dom de Deus-Pai, como ensina Jesus e seus apóstolos, ou é obra nossa, como ensina a razão pós-moderna, com o neoliberalismo e suas correlativas expressões religiosas, como o espiritismo, a Nova Era, os movimentos estéticos e gnósticos. Se é obra de Deus-Pai, é preciso deixar que o Pai seja Pai. Se ele assim quis manifestar-se a nós, como totalmente Outro até mesmo na escolha de sua mediação – a exclusão dos pobres –, cabe a nós a resposta alegre da fé que deveria culminar no louvor e ação de graças: “Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, por teres ocultado isso aos sábios e aos inteligentes e por tê-lo revelado aos pequeninos” (Mt 11,25).

2. 3. O projeto salvífico de Deus-Pai: para todos, a partir dos excluídos

Tendo considerado que Deus-Pai pautou sua revelação a partir de e na parcialidade do amor para com os excluídos, devemos agora entender como se dá a salvação de todos. Se uns são preferidos, não seriam os demais excluídos? Isto não seria exatamente contraditório com as preferências de Deus-Pai pelos excluídos?

Como, pois, os não-excluídos podem ter acesso à revelação do Pai e à salvação que ele oferece em Jesus?

Cremos que o Pai enviou o Filho Jesus para todos. Sua vontade salvífica tem abrangência universal. Ele “quer que todos se salve, e cheguem ao conhecimento da verdade” (1 Tim 2,4). Mas, a salvação do Pai se revela na opção de misericórdia de Jesus pelos excluídos e se realiza no ato da conversão de todos e cada um à causa da libertação dos excluídos. Em todas as suas relações, Jesus deixou claro que tinha consciência de que a manifestação do seu ser divino (como o do Pai) e a realização de sua missão salvífica (a vontade do Pai) passava pela identificação com os excluídos. Vendo-se cada vez mais encerrado pelas forças da repressão e prevendo um conflito violento, alerta os discípulos a estarem prevenidos. Nesse contexto, faz uma revelação explícita de sua identidade, aceitando a condição de fora da lei que lhe fora imposta pelo sistema religioso! “Porque eu lhes declaro: é preciso que se cumpra em mim a palavra da Escritura: Ele foi incluído entre os fora-da-lei” (Le 22,37).

De fato, como realidade escatológica o Reino do Pai é universal, nele podem entrar todos. Mas, nem todos de igual modo. Na parcialidade de Jesus e do Reino de Deus em favor dos pobres, não se excluem, em termos escatológicos, os não-pobres. Todavia, enquanto estivemos na história, uma vez que permanece firme e aparentemente invencível o poder do pecado humano, sempre haverá conflitividade. Na história, Deus-Pai se contrapõe aos excluídos.

A Escritura mostra, do início ao fim, que Deus-Pai, escolhendo uns, se vê obrigado a rejeitar outros. Não que o Pai os exclua por si, mas rejeita seu pecado, a pretensão de serem donos do mundo, de tomar seu lugar. Ele é cimento de sua identidade. Só ele é Pai. Exatamente num contexto de condenação da opressão do poder e da lei, seu Filho revelou: “a ninguém chamais de Pai” (Mt 23,9). Ele é também cimento da unicidade e particularidade de sua bondade. Só ele é bom. Exatamente num contexto de definição sobre o que é importante para a salvação, seu Filho revelou: “só Deus (-Pai) é bom” (Le 18,19; Mt 19,17). Portanto, o Pai a ninguém condena. São os próprios excluídos dos pobres, dos prediletos do Pai, que se auto-excluem do amor e da misericórdia paternas, porque não se convertem à solidariedade com os pobres e pequenos. Novamente, num outro contexto de condenação, Jesus revelou: “Afaste-vos de mim” (Mt 25,41).

Para longe do Reino do Pai, aqueles que

“A salvação do Pai se revela na opção de misericórdia de Jesus pelos excluídos”
não amaram o seu Filho e, nele, rejeitaram os irmãos e irmãs mais necessitados.

Os não-pobres deverão fazer também opção pelos pobres. O caminho escandaloso de Deus, a ‘via crucis’ salvífica de Jesus, é o caminho da pobreza, da opção por aqueles que são mais pobres que nós. Jesus, retomando Dt 15,11, disse “pobres sempre tereis entre vós” (Jo 12,8), como quem diz: há sempre alguém mais pobre que você, alguém a quem amar, alguém que o provoca a sair de si, a se relacionar, a se humanizar. A salvação de todos passa, pois, pelo amor ao pobre, ao excluído. A salvação tem conteúdo universal, mas seu método é parcial. Parodiando o discurso amado, podemos dizer: quem não ama o irmão visível, excluído a seu lado, não poderá ter um amor universal, não poderá amar a todos os outros a quem não vê (cf 1 Jo 4,20). E quem não ama, irá definindo-se como ser fechado, não relacional, irá se atrofando, tornando-se mesquinho até permanecer para sempre no poder da morte, auto-excluindo-se definitivamente. Não é o Pai que exclui alguém da salvação eterna, assim como Jesus não excluiu ninguém de suas relações. Foram os grandes e poderosos, ricos e prepotentes que se auto-excluíram da aproximação gratuita e da ação salvadora de Jesus e, portanto, do projeto salvífico do Pai.

As relações de Jesus revelam quem é o Pai e o que ele não é, com quem ele está e contra quem ele se coloca. Na compaixão e na misericórdia de Jesus com os marginalizados e na severidade com os chefes da religião dos judeus, ele revela o Pai como o Deus dos excluídos. Isso foi tão marcante na história de Jesus que todos os evangelistas entenderam que nos excluídos e através deles se dava a revelação da divindade e missi- anidade de Jesus e, portanto, também da paternidade de Deus-Pai. Por isso, ao proclamar seu testemunho sobre a personalidade, a palavra e a prática de Jesus, os evangelistas o fazem a partir dos excluídos. Do mesmo modo, é a partir dos excluídos que devemos captar a personalidade, a palavra e a prática do Pai.

A percepção, a misericórdia e a santidade do Pai são, portanto, explicitamente reveladas em sua predileção pelos excluídos. Ser como o Pai, é fazer opção por eles, é seguir o caminho de Jesus, que veio evangelizar os pobres, veio trazer-lhes uma boa noticia: “vida para todos e vida em abundância” (Jo 10,10). Libertando-os primeiramente do medo do Pai, e fortalecendo-os com o poder de seu Espírito, Jesus pôs os pobres no caminho da sua própria libertação.

III. FAZER AS OBRAS DO PAI

Na oração universal da Igreja, rezada por todos, ricos e pobres, excluídos ou não, pedimos, como Jesus nos ensinou, que se faça a vontade do Pai, que venha o seu Reino (Mt 6,10). Condição para ser irmão e irmã de Jesus, para estar no seu caminho e discipulado, é fazer a vontade do Pai (Mt 12,50; Mc 3,35). Toda a sua vida, Jesus a viveu na busca da vontade do Pai (Jo 6,38). Até o fim, ele foi fiel a esta referência básica de sua existência: “faça-se a tua vontade” (Mt 26,42).

Para fazer a vontade do Pai, o Filho faz as obras do Pai. “O Filho não pode fazer nada por si mesmo, mas somente o que vê o Pai fazer; pois o que o Pai faz, o Filho o faz igualmente” (Jo 5,19; cf. Jo 8,29; 9,4). Por isso, pode apelar para suas obras como testemunho maior de sua divindade: “são as obras que o meu Pai me deu para fazer” (Jo 5,35): “Se eu não faço as obras do meu Pai, continuai a não crer em mim; mas se eu as faço, muito embora não acrediteis em mim, crede nas obras” (Jo 10,37). As obras do Pai que Jesus faz são obras de amor e misericórdia: cura dos doentes, expulsão dos demônios, acolhida dos pecadores, convivência e comensalidade com os pobres, ensino fácil por parábolas (Sobrino, 1994, 135-159).

Tudo isso, porque a vontade do Pai é que Jesus não perca nenhum daqueles que lhe foram dados pelo Pai (cf Jo 6,38), atraídos pelo Pai a Jesus (Jo 6,44). A praxeis histórica de Jesus, relatada de modo mais narrativo pelos Sinóticos, demonstra que os atraídos pelo Pai a Jesus foram os pobres, as mulheres, os marginalizados, os samaritanos, os pecadores, enfim, os excluídos econômico e sociologicamente. A vontade do Pai, que Jesus veio realizar, é que não se perca nenhum desses pequeninos! Hoje, para fazermos as obras do Pai, do mesmo modo e no seguimento de Jesus, temos que ser claros e objetivos em nossa relação com os excluídos, manifestando-lhes o amor misericordioso do Pai e a salvação libertadora do Filho Jesus.

3.1. Deus forte, Deus pobre, Deus Amor!

Se Deus-Pai se revelou na história de Israel, no anúncio do Reino e na cruz de Jesus de Nazaré, nas vicissitudes da Igreja primitiva, sempre a partir da realidade de exclusão dos pobres, dos sofredores e dos justos, por que não reconhecer sua revelação nos excluídos de hoje?

Respondemos, fazendo uma profissão de fé: como o seu Filho Jesus Cristo, também o Pai é sempre o mesmo, ontem, hoje e sempre (Heb 13,8). Se ele se revelava presente nos excluídos daquele tempo, cremos que continua revelando-se nos excluídos de nosso tem-
po. Ele é fiel às suas promessas, firme em suas decisões, constante em suas ações. Cremos que, hoje, nos excluídos da participação nos bens da vida, nos que não têm, não podem, não sabem, não mandam, Deus-Pai atualiza sua primeira e definitiva revelação. A opção pelos pobres, feita pela Igreja na América Latina, tem como fundamento teológico e teológico a opção do próprio Pai.

A realidade de pobreza e exclusão de nosso continente exige que refaçamos nossa pergunta por Deus-Pai e estejamos dispostos a ouvir sua imputada e imprevisível resposta: no mais humano (ou desumanizado dos excluídos) está o mais divino (Feller, 1985b). Uma teologia que seja prática e contextualizada, situada histórica e geograficamente, social e politicamente, religiosa e culturalmente, deverá deparar-se com inúmeros lugares, desdobramentos de plenitude, mais propícios ao diálogo com o Pai, do que os lugares da tradicional teologia da revelação. Não são lugares que se apresentam diante e fora da prática teológica, lugares que se poderia objetivamente aceitar ou rejeitar, mas são lugares-aiourós, que desabrochem no interior mesmo do método teológico, o qual se caracteriza ao mesmo tempo como prática reflexiva e reflexão prática. Portanto, lugares que obrigatoriamente devem ser aceitos, por fidelidade à revelação do próprio Pai.

Uma teologia concreta nos leva a reconhecer que o Deus da Bíblia, o libertador de Israel e Pai de Jesus, o poderoso em impotência dos pobres, é forte na fraqueza dos excluídos, é santo na inserção em um mundo pecaminoso, é mistério na imanência da história. O Pai mesmo é pobre, como os pobres a quem escolhe como destinatários e sujeitos privilegiados de sua relação. Para entender esse escândalo da pobreza de Deus-Pai cabe ainda uma breve reflexão.

O Pai é libertador, atuante e ativo na história dos pobres. Mas não o é de modo violento, agressor e excludente. Na cruz de Jesus e do povo sofredor, justamente com seu Filho, também o Pai é excluído, se revela pobre, impotente, limitado pelo poder da maldade humana, maldo. Mas, exatamente por isso, ele revela-se Senhor da vida, ressuscita o Filho, recria o mundo e a humanidade desde as ruínas da morte, revela seu poder na fraqueza, sua glória na dor.

Como na cruz de Jesus, também na consciência e na prática histórica da libertação humana, ele se revela, pois, como mistério inefável, fonte de luta pela vida, Senhor único da história. Portanto, ao mesmo tempo, Deus forte em impotência, Deus pobre e por isso rico em misericórdia, Deus Amor! Pela leitura popular da Bíblia, a teologia e a espiritualidade cristãs descobrem que o Pai está presente como força atuante na fraqueza dos pequenos, e desde aí se revela como Deus dos pobres e com eles é protagonista da história da salvação de todos os seres humanos. É o Deus forte na fraqueza dos pequenos.

No sofrimento dos pobres se percebe, atuante, o poder transformador da cruz de Jesus. Descobre-se aí o Pai libertador que continua a ouvir, no clamor dos pobres, o grito do abandono do Filho amado. Na cruz de Jesus, perdurada na cruz dos pobres, o Pai é fraco e impotente. Mas, com isso, desarma o poder dos violen-
tos, responde ao poder da maldade e da injustiça com a força da mansidão e do perdão, e instaura um modo novo de viver diante do mal. Nem resignados e passivos, nem rebeldes e revoltados, mas responsáveis pelo combate ao mal, com as armas do amor e da justiça.

Na cruz de Jesus, o próprio Deus-Pai está de certa maneira crucificado. O Pai sofre a experiência do Filho e assume em si a dor da história. Nessa última e mais perfeita solidariedade com o ser humano, o Pai revela-se como o Deus de Amor. Na cruz de Jesus, o Pai se revela na história, não para explicar o mundo, mas para transformá-lo. Situado num contexto bem determinado, na cruz de todos os filhos e filhas excluídos, ele continua a ouvir o grito do Filho Jesus, assim como ouviu outrora os clamores do povo escolhido. É, como ele libertou Israel da escravidão e ressuscitou Jesus do poder da morte, assim, com as obras de Pai, ele está salvando os excluídos. O Pai é o Deus impotente e pobre que respeita ao máximo a liberdade do ser humano, a ponto de submeter-se ao regime de exclusão insaurado pela história. Mas, na sua pobreza, mostra-se Deus da vida; e, na sua própria exclusão e rejeição, mostra-se Deus da liberdade.

Descobre-se então o Deus-Pai, o mistério primeiramente e último, que se revela como a origem de nossa liberação. Ele sempre se retrai como princípio instaurante e estruturante de toda palavra e de toda ação. Ele aparece em tudo, através de tudo, antes, além e a quem é detrás de tudo. Revelando-se, se oculta como o Deus inefável e invisível, que está na fonte, no meio e no final de qualquer movimento de libertação. Ele é o Deus totalmente Outro, imanipulável, que em sua retração aos domínios dos poderosos, garante o espaço infinito de seu domínio, de seu Reino, que é “justica, paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14, 17), que é vida para todos. Assim, o Pai mantém sempre viva em nossos corações a convicção de que, se não podemos contemplar já e sempre o essencial e decisivo de nossas vidas, contudo nós o podermos e devemos alcançar nas manifestações históricas de nossa libertação, quando fazemos sua vontade. Embora tomando consciência de que cabe ao ser humano fazer a história de sua libertação, os excluídos
e os com eles solidários, não tomam o lugar do Pai, não se arvoram a juízes da história, como fazem os poderosos, mas deixam que Deus seja Deus, que o Pai seja Pai, e que continue a manifestar-se como Deus da vida, justamente aí onde ela está mais ameaçada, e Deus de amor exatamente onde parece imperar a violência marginalizadora. É o Deus inefável, Deus mistério, Deus transcendente.

3.2. Nossa resposta a Deus-Pai: opção pelos excluídos

Se a maior miséria física é morrer de fome, então a maior miséria espiritual é deixar morrer de fome. Assim, nossa sociedade deixa clara sua pobreza espiritual quando permite que grande parte de seus filhos e filhas viva em situação de miséria extrema, de exclusão social, de apartação. É uma sociedade miserável, miserenta. Os cristãos descompostados, na desculpa de buscarem o que julgam o essencial — o religioso, o místico, o sacramental —, na verdade se afastam da fonte da vida cristã: o amor do Pai apaixonado pelos excluídos, sua revelação na pessoa e na história dos excluídos!

Hoje, o sistema econômico-político de exclusão e de apartação nos obriga a rever a prática concreta de nosso amor. Aqui, não caberão mais as intermináveis discussões sobre o significado de pobreza. Quem é pobre? Quem são os pobres? E os pobres espiritualmente? Importa fazer as obras do Pai. Hoje, sabe-se clara e concretamente quem são e como vivem (ou não vivem) os excluídos. Optar por eles é descer, é condescender, é baixar-se à sua condição, é refazer o processo quenotico do Pai e do seu Filho Jesus. Javé, Pai do povo de Israel, viu e ouviu os clamores do povo hebreu escravo no Egito, teve compaixão e desceu para libertá-lo (Ex 3,7-8). Seu Filho, sendo Deus como ele, não se apegou ciosamente à condição divina, mas fez-se homem em Jesus de Nazaré (Ft 2,6-11). Nós, sendo humanos, conscientes, livres, somos interpelados pela dinâmica reveladora do nosso Deus-Pai, isto é, pelo seu ser e agir, a desapegar-nos de nossa condição e solidarizarnos com os excluídos.

Se o Pai, para revelar-se, escolhe o caminho escandaloso da opção pelos pobres e excluídos, também cada cristão, para se revelar, isto é, para encontrar a verdade nuclear a respeito de si mesmo, e assim se realizar como “homem novo” em Cristo, deverá ser solidário com os excluídos. Também a Igreja, para ser o novo povo de Deus-Pai e a esposa fiel do Servo Sofredor e Senhor Crucificado, deverá sempre de novo refazer a opção pelos pobres.

* O Autor é Doutor em Teologia, Professor no ITESC e Pároco de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Florianópolis

FONTES

FELLER, V.G. A pergunta por Deus na teologia da libertação, em Perspectiva Teológica 20, Belo Horizonte, 1988b, 151-175.

Endereço do Autor:

Casa Paroquial de N.Sra. da Boa Viagem
Rua João Mota Espezim, 1023 - Saco dos Limões
88.045-040 - FLORIANÓPOLIS - SC

75
Encontros Teológicos 26